

UMA LEITURA DAS CONDIÇÕES DE LIBERDADE DOS ESCRAVOS EM ALEGRETE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

READING OF THE CONDITIONS OF FREEDOM OF SLAVES IN ALEGRETE IN XIX CENTURY FIRST HALF

Márcio Jesus Ferreira Sônego*

Resumo: O artigo pretende abordar alguns caminhos que poderiam levar os cativos à conquista de sua liberdade, e para isso, evidencia algumas variações de alforrias. O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1832 a 1847 e as principais fontes primárias são as cartas de alforria emitidas em Alegrete e consultadas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Almejamos discutir neste trabalho, como homens e mulheres escravizados em Alegrete, na primeira metade do século XIX, criaram estratégias na aquisição da liberdade através da compra ou concessão por parte dos seus senhores de cartas de liberdade. As cartas de alforria são fontes que permitem estudar algumas formas de manumissões em diferentes locais e regiões, pois trazem informações sobre o perfil dos senhores e dos cativos, os valores escravistas contidos nas cartas, ou seja, especificidades que cada lugar tem e que determinará a forma de alforria. Através de um detalhado estudo, foi possível verificar padrões de comportamento social, cultural e econômico que contribuíram para que os escravos que viveram em Alegrete conseguissem a tão sonhada liberdade.

Palavras- Chaves: Alforria; Escravidão; Resistência.

Abstract: The article aims to address some paths that could lead the captives to the conquest of their freedom, and for this, showed some variation of manumission. The time frame of the research covers the years 1832-1847 and the main primary sources are the enfranchisement licenses issued in Alegrete and consulted the public of Rio Grande do Sul Archive. We aim to discuss in this work, as men and women enslaved in Alegrete in first half of the nineteenth century, created strategies in the acquisition of freedom by purchasing or concession on the part of their masters of freedom cards. The manumission cards are sources that allow to study some forms of manumissions in different locations and regions as provide information on the profile of masters and slaves, the slave values contained in the letters, ie specific to each place has and will determine the form of manumission. Through a detailed study, we found patterns of social, cultural and economic behavior that contributed to the slaves who lived in Alegrete succeeded the long awaited freedom.

Keywords: Manumission; Slavery; Resistance.

Introdução

* Mestre em História pela PUCRS; Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Coordenador de Ações Inclusivas; Presidente do NEABI – Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas do campus Alegrete e Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete; E-mail: marcio.sonego@iffarroupilha.edu.br.

O escravo durante muito tempo inexistiu na historiografia da cidade. (FILHO, 2007, TRINDADE, 1985, TRINDADE, 1991). Foi quase um consenso entre historiadores locais a pouca importância que teria tido o escravo na formação do município. Os trabalhos históricos quando tratam do assunto, se referem superficialmente ao trabalho escravo, havendo uma grande resistência da maioria dos historiadores de escrever a História da localidade inserindo a temática da escravidão. O motivo dessa exclusão do escravo em Alegrete pode ser explicado na seguinte afirmação, “pouco simpáticos seriam nossos heróis se aparecessem em senhores-de-escravos, vivendo do trabalho alheio, castigando, comerciando com o homem escravizado” (MAESTRI, 1979, p. 30). Outro motivo que acontece é a própria raridade das fontes históricas referente ao escravismo na cidade e quando existentes, por tratar-se de escravos, possivelmente são menosprezadas e perdidas.

No entanto, no momento que começam a ser analisados os documentos que restaram na cidade referente à escravidão, o escravo aparece atuante e com presença significativa. Muitas vezes essas fontes mostram a crueldade e a violência como eram tratados, bem diferente do que diz a historiografia tradicional sobre o escravismo paternal e benigno existente no sul.

A presença dos escravos em Alegrete recua aos primórdios da povoação, assim, no 29º registro de batismo de 30-12-1820, L. 01; F 03. V se encontra a primeira filha de escrava batizada na cidade.

Lucrecia (escrava). Aos trinta de dezembro de mil oitocentos e vinte, nesta capela Curada de Alegrete batizei e puz os santos óleos a Lucrecia filha de Francisca e pai incógnito, escrava de Joaquim Pedroso da Costa. Foram padrinhos Cristão Gonçalves solteiro e Maria Caetana de Melo solteira, todos moradores e fregueses desta de que para constar fiz este assento que asigno.

O Cura Manoel Fernandes de Almeida.

Ao longo de sua História, Alegrete contou com mais de 3.000 escravos, mostrando dessa forma que foi atuante a presença do negro na cidade durante o século XIX, conforme consta no seguinte quadro:

Quadro 1 - População escrava em Alegrete

1859	2.525
1884	1.200

1885	30
1887	0

Fonte: (BAKOS: 1982, p. 22-23)

Em passagem pela cidade no período de 1833 a 1834, o viajante Isabelle fez a seguinte observação:

A vinte léguas, nos arredores do sul de Guairaca se acha Alegrete, pequena cidade na fronteira da Província com A Banda Oriental; está segundo as informações que obtive perto de 30 10 de latitude (salvo erro), sobre a margem direita do Guarapuitan, pequeno arroio que os guaranis chamam Ybirita e que vai lançar-se ao norte do Ybicui. Esta cidadezinha, toda nova, fica assentada em colinas rochosas, produzindo pastagens extremamente alimentícias. Criam-se muitos animais e mulas bastante famosas. O comércio é ativo. A algumas léguas para o sul há morros ricos em metais; um deles contém uma mina de ouro de fácil exploração (ISABELLE, 1983, p. 24).

Pela afirmação de Isabelle verifica-se que a cidade tinha a economia baseada no meio rural, no entanto o comércio era significativo, não sendo assim possível separar estritamente o universo rural do urbano, na primeira metade do século XIX em Alegrete. Isso também pode ser observado alguns anos depois no relato do Cônego João Pedro Gay, Reverendo Pároco de Alegrete, em 02 de abril de 1849:

A povoação atual da Vila de Alegrete podia avaliar em 1.500 habitantes, a da campanha que lhe pertence é superior e excede talvez a 4.000 habitantes. Na Vila a maior parte dos moradores emprega-se no comércio, que é muito considerável (apud TRINDADE, 1985, p. 90).

Tudo mostra que a cidade e seu entorno rural estavam ligados, em mesma citação o Cônego João Pedro Gay, faz um breve comentário sobre os escravos, afirmando que “os africanos são pouco numerosos e quase todos nos serviços internos das casas, exceto muito poucas quitandeiras, que andam vendendo frutas, doces e pão” (apud TRINDADE, 1985, p. 90). Através disso se percebe que os escravos poderiam ter ocupações urbanas e residindo, no entanto nas estâncias, havendo certa mobilidade, como mostram as Posturas Municipais de Alegrete do ano de 1850.

Art. 133. É também proibido na taverna ou casa de negócio fixo ou ambulante, comprar a escravo, carne, cera, graxa, toucinho, couro, crina e todo e qualquer produto de estância, ou de lavoura sem que o escravo traga a

autorização do senhor ou de pessoa de cujo poder estiver, para vender. O contraventor além de ser obrigado de restituirão senhor ou pessoa de cujo poder estiver, o que houver comprado, será multado em 30\$ réis, e sofrerá oito dias de prisão, que na reincidência será elevada a trinta.

Essas posturas municipais dão uma boa compreensão de como era a escravidão na cidade, sendo firme e rigorosa com os escravos. A violência contra os escravos em Alegrete, pode ser verificada nos livros de óbitos, no seguinte registro de 18 de dezembro de 1848 - livro 01, folha 94 v, onde o escravo Valentim, depois de ter sido confinado, foi enforcado em plena praça da Vila

A dezoito de dezembro de mil oitocentos e quarenta e oito na praça desta villa de Alegrete depois de ter sido assistido por mim e ter sido confinado foi enforcado o réu Valentim de idade de 20 anos e escravo do coronel Olivério José Hortiz. E para contar fiz este assento que assinei. Vigário João Pedro Gay.

Dessa forma, mesmo o escravo sendo excluído por um longo tempo da História local, esses documentos mostram que o negro existiu em Alegrete, onde com seu trabalho participaram da formação social, cultural e econômica da cidade. Foram tão importantes que seus costumes estão presentes no nosso dia-a-dia, como na culinária, música, religião e linguagem.

A Alforria em Alegrete

O objetivo deste trabalho é inquirir sobre as alforrias na cidade de Alegrete, na primeira metade do século XIX, no período de 1832 a 1847. Ao todo foram analisadas 69 cartas de alforria. As informações que constavam nas cartas de alforria eram geralmente as seguintes: identificação do escravo, identificação do senhor, a naturalidade, a cor, a localidade, e raramente apareciam à idade e ocupação. Ainda eram relatadas as razões da concessão da alforria que eram, pagamento ou incondicional (bons serviços prestados, amor, afeto) e condicionais (condições impostas como servir até a morte do senhor ou servir por mais um determinado período de tempo, entre outras), na qual se restringirá a análise desse trabalho.

O Sexo dos Alforriados

Das 69 cartas de alforria concedidas, 26 eram para homens e 43 para mulheres, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 - Escravos Alforriados na cidade de Alegrete de 1832 a 1847

Sexo	Quantidade	Frequência
Masculino	26	37,68%
Feminino	43	62,32%
Total	69	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro mostra que das 69 cartas de alforria, 37,68% foram destinadas a homens, e 62,32% para mulheres. Isso mostra que as mulheres constituíam a maior parte dos libertos em Alegrete, confirmando pesquisas realizadas com cartas de alforria em outras regiões do país que afirmam que as mulheres teriam maior facilidade para conquistar sua liberdade, “realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava” (FARIA: 2004, p. 111). Em São Paulo “de 1800 a 1888, foram 780 mulheres alforriadas contra 558 homens, libertados por cerca de 516 proprietárias e 463 proprietários” (BERTIN apud MELO: 2001, p. 02). O mesmo se sucede em Porto Alegre nos anos de 1800 a 1835, na qual 60,4% eram mulheres e 39,6% eram homens (ALADRÉN: 2007, p. 03). Com isso, fica claro que as mulheres tinham predominância na obtenção da alforria em Alegrete, se assemelhando a outras regiões do país.

Algumas evidências permitem afirmar o privilégio das mulheres ao acesso às alforrias, isso devido a algumas particularidades. Na afirmação de Vainfas:

A primeira seria seu preço inferior ao do homem, por isso mais fácil de ser pago; a outra explicação diria respeito à sua possibilidade de estabelecer laços afetivos com seus senhores, pois atuavam como domésticas, amas-de-leite, prostitutas ou amantes. Uma terceira pressuporia o fato de que, sendo ela a responsável pela reprodução da escravidão, através do princípio romano de *partus sequitur ventrem*, sua família (consanguínea ou por via do compadrio) centraria mais esforços em libertá-la do que ao homem (VAINFAS, 2000, p. 31).

Essas hipóteses podem assim demonstrar a primazia da mulher entre os alforriados. Dessa citação de Vainfas, podem ser feitas várias considerações, pois o homem escravo poderia ser preferido em decorrência de sua força física, sendo por isso mais valorizado no mercado escravo em relação à mulher escrava, sobretudo na zona rural, como é o caso de Alegrete. Além disso, a mulher exercia atividades mais ligadas aos serviços domésticos, o que facilitava a sua aproximação com seus proprietários ou familiares, estabelecendo laços afetivos, dando a ela mais oportunidade de conseguir alforria. No outro caso a escrava constituía um agente de reprodução da própria escravidão, sendo que o princípio do *partus sequitur ventrem* estipulava que a condição legal do filho derivava da condição da mãe. Dessa forma, a própria família escrava deveria ponderar sobre a importância de salvar da escravidão os futuros irmãos, filhos e netos, através da alforria das escravas.

Idade e Ocupação dos Escravos

Quanto à idade e ocupação dos escravos alforriados eram esclarecidas muito raramente, o que não permitiu analisar quantitativamente essas variáveis. No entanto, as poucas informações que tinham referentes às idades e profissões dos libertos, podem mostrar alguns dados interessantes, como pode ser observado no seguinte quadro.

Quadro 3 -Idade dos escravos alforriados na cidade de Alegrete (1832 a 1847)

Idade	Masculino	Frequência	Feminino	Frequência	Total
De 1 a 11	02	2,89%	01	1,44%	03 (4,33%)
De 12 a 35	02	2,89%	05	7,24%	07 (10,13%)
De 36 a 50	03	4,34%	-	-	03 (4,34%)
De 51 a 60	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Indeterminado	02	2,89%	03	4,34%	05 (7,23%)
Não consta	16	23,18%	34	49,27%	50 (72,45%)
Total	26	37,68%	43	62,32%	69 (100%)

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro da composição etária dos escravos alforriados mostra que das 69 cartas de alforria, 72,45% não apresentavam as idades dos libertos. Mas das poucas que tiveram suas

idades definidas, 10,13% foram na idade produtiva, entre 12 e 35 anos, sendo 7,24% para mulheres e 2,89% homens. Outro dado interessante é que 7,23% são idades não definidas nas cartas, apenas mencionadas como idosos, velhos e menores, podendo assim existir escravos com mais de 60 anos. Isso pode ser percebido na seguinte carta de alforria

Barbosa; cria de casa; parda; idade: idosa; Sr. José Plácido de Castro; dt. Conc. 08-10-35; dt. Reg. 27-01-36; da Fazenda de Santo Antônio (Livro 1, p.46r). Desc.: A carta foi concedida mediante pagamento, pela escrava, da quantia em que estava avaliada no inventário do falecido senhor, evitando prejuízo aos meus filhos menores.

O estudo de Gattiboni sobre as cartas de alforria em Rio Grande, no período de 1874-1879/ 1884-1885, mostra também que a maioria dos escravos foi alforriada na idade produtiva, sendo 45,3% mulheres e 39,7% homens. (GATTIBONI, 1990, p.129)

Referente às profissões dos escravos libertos em Alegrete, constava nas cartas apenas duas ocupações, que eram crias de casa. Entretanto, mesmo sem a indicação das profissões, algumas interpretações podem ser feitas, analisando o conteúdo das cartas de liberdade,

Juliana; preta; da Costa; Sra. Manoela Leocádia (viúva de Albino Pereira de Lima); dt. Conc. 07-03-42; dt. Reg. 10-03-42 (Livro 1, p. 102 r). Desc.: A carta foi concedida pelo juiz Municipal e de Direito, Antônio de Araújo Rebelo, mediante pagamento do “valor” da escrava, pelas mãos do co-herdeiro Teodoro Teixeira Lima, em remuneração de serviços feitos a sua esposa, de quem foi ama de leite.

Através dessa carta, constata-se que a escrava além de ser ama de leite, poderia também fazer os serviços domésticos. A tudo isso, pode se acrescentar ainda o relato do Cônego João Pedro Gay, em 1849 sobre os escravos em Alegrete, na qual afirmava que quase todos se ocupavam dos serviços interno das casas, exceto poucas quitandeiras, que andavam vendendo frutas, doces e pão (apud TRINDADE: 1985, p. 90). Nessa época a maioria da população se encontrava na campanha, as próprias cartas de alforria vão informar uma grande quantidade de estabelecimentos rurais. Assim o escravo poderia estar ligado tanto aos serviços de casa como também nas atividades rurais.

Durante essa época, Alegrete mesmo tendo um comércio ativo, tinha sua economia baseada na pecuária, isso fica claro na observação do Cônego Gay se referindo a cidade em 1849.

O terreno de Alegrete é muito fértil e as pastagens de qualidade superior ao dos outros municípios da Província. Nele se cria grande quantidade de gado, de eqüinos e assinos. O gado vacum acha-se atualmente ali em maior número e em melhor qualidade e estado sanitário do que em qualquer outra Província, e é levado as charqueadas de Porto Alegre e de Pelotas. Os animais muares são levados em tropa para a Província de São Paulo (apud TRINDADE, 1985, p. 89).

Dessa forma, com a maior parte dos moradores concentrados nas áreas rurais da cidade, em estâncias, pode sugerir que a maioria dos escravos se encontrava também nesses estabelecimentos, pois era onde estava o centro da economia e os grandes proprietários com condições de adquirir escravos. Isso pode ser melhor esclarecido nas localidades que aparecem nas cartas de alforria.

Quadro 4 - Localidade dos escravos alforriados em Alegrete (1832 a1847)

Localidade	Quantidade	Frequência
Fazenda da Boa Vista	01	1,44%
Fazenda de Santo Antônio	02	2,89%
Distrito da Cruz, Termo da Vila de São Borja, Comarca das Missões	01	1,44%
Inhanduí	03	4,34%
São João	02	2,89%
Rincão de São Miguel	01	1,44%
Fazenda da Pedra da Cruz	01	1,44%
Fazenda e Quinta da Boa Vista, Termo da Vila do Rio Pardo	01	1,44%
Santana do Livramento	01	1,44%
Pamorotim	01	1,44%
Costa de Jaguari	01	1,44%
Caçapava	02	2,89%
Ipané	01	1,44%
Fazenda do Areal	02	2,89%
Itapororó	02	2,89%
Vista Alegre	01	1,44%
Caverá	01	1,44%
São Luiz	01	1,44%

Chácara da Palma	03	4,34%
Fazenda do Passo do Rosário	01	1,44%
Paipasso	01	1,44%
Não consta	39	56,52%
Total	69	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro mostra que 56,52% das cartas não mencionavam as localidades, sendo que 43,47% constavam os locais onde trabalhavam os escravos. A maioria eram áreas, propriedades rurais e distritos pertencentes à Alegrete na primeira metade do século XIX. Isso pode revelar que grande parte dos escravos, nessa época, estavam envolvidos em atividades rurais.

Padrões de Cor e Naturalidade dos Escravos

As cartas de alforria indicam a cor e a naturalidade do escravo em Alegrete. Para uma melhor compreensão e análise referente à cor e a nacionalidade dos escravos, essas foram colocadas juntas, conforme estavam nas cartas.

Quadro 5 -A cor e a naturalidade dos escravos alforriados na cidade de Alegrete (1832 a 1847)

Cor e Nacionalidade	Masculino	Frequência	Feminino	Frequência	Total
Pardo	03	4,34%	16	23,18%	19 (27,52%)
Mulato	03	4,34%	04	5,79%	07 (10,13%)
Crioulo	04	5,79%	09	13,04%	13 (18,83%)
Pardo/ Mulato	01	1,44%	01	1,44%	02 (2,88%)
Preto/ Crioulo	-	-	01	1,44%	01 (1,44%)
Cassange	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Cabra	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Congo	02	2,89%	02	2,89%	04 (5,78%)
Monjolo	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Rebolo	-	-	02	2,89%	02 (2,89%)

Mulato/ Argentina	-	-	01	1,44%	01 (1,44%)
Africano	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Preto	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Mina	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Preto/ Benguela	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Preto/ da Costa	-	-	01	1,44%	01 (1,44%)
Nação	01	1,44%	02	2,89%	03 (4,33%)
Da Costa	01	1,44%	01	1,44%	02 (2,88%)
Preto/ Cassange	01	1,44%	-	-	01 (1,44%)
Não consta	03	4,34%	03	4,34%	06 (8,68%)
Total	26	37,68%	43	62,32%	69 (100%)

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

Neste quadro, algumas informações são importantes. No entanto as cartas não esclarecem com precisão a cor e a origem dos escravos em Alegrete. Isso devido muitas vezes a constar apenas à cor e não a procedência, sendo que outras indicam a cor juntamente com a nacionalidade e outras cartas referem-se somente as nações dos escravos alforriados. Tudo isso dificulta fazer uma análise precisa sobre o assunto, sendo assim a cor e a região dos escravos foram colocadas aqui idênticas como estavam nas alforrias, facilitando através disso uma melhor compreensão.

No que se refere à cor, 27,52% são pardos, sendo 4,34% homens e 23,18% mulheres. Já os mulatos representam 10,13%, desses 4,34% homens e 5,79% mulheres. Esses são indicados nas cartas com uma melhor clareza. Outros aparecem como pardos/ mulatos, representando 2,88%, 1,44% homens e 1,44% mulheres. Aparece também um preto/ crioulo (1,44%), uma mulata/ Argentina (1,44%), um preto (1,44%), um preto/ Benguela (1,44%), uma preta/ da Costa (1,44%) e preto/ Cassange (1,44%).

Já quanto aos locais de origem dos escravos, 18,83% dos libertos são informados como crioulos (escravos nascidos no Brasil), 5,79% homens e 13,04% mulheres. Os africanos aparecem com 26,08%, sendo 14,49% homens e 11,59% mulheres. Foram encontrados africanos de diversas procedências sendo alforriados como: Cassange, Congo, Monjolo, Rebolo, africano, Mina, Benguela, da Costa e Nação. No entanto fica difícil saber com exatidão a naturalidade dos escravos, pois a nacionalidade sob a qual os escravos africanos

chegados aos portos brasileiros eram registrados não define, na maioria das vezes, mais do que o porto em que foram embarcados na África ou a região do que provinham (MAESTRI: 1984, p. 100).

Nesse sentido, Soares, propõe a utilização da noção de grupos de procedência: “Esta noção, embora não elimine a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia sua reorganização no ponto de chegada” (SOARES, 2000, p. 116). Entretanto, a denominação na qual os africanos escravizados eram registrados, são na maioria das vezes indicações gerais sobre suas origens ou etnias. Assim foram encontradas algumas denominações:

Congo: escravos provenientes do antigo reino africano do Congo e periferia, hoje Zaire. Este reino encontrava-se ao sul do rio Zaire e foi, inicialmente, um importante centro negreiro lusitano.

Benguela: os lusitanos denominavam como Benguela, possivelmente, os povos provenientes das regiões próximas ao porto de Benguela, no sul angolano. Trata-se de povos ovibundus.

Cassange: escravos comprados na feira escravista africana de Cassange, no interior do litoral angolano.

Mina: provenientes da Costa da Mina, distintos povos das costas do golfo da Guiné, atual Gana.

Isso mostra que são poucos os elementos para aprofundar a análise dos grupos de procedência dos africanos. Pois muitos das localidades que aparecem designam regiões genéricas e uma variedade de povos dentro de um país com uma grande diversidade de etnias. No entanto o estudo sobre as nações e suas relações com o conceito de grupo étnico são importantes para mostrar as informações fornecidas nas cartas de alforria sobre a naturalidade dos escravos como equivalentes de grupos étnicos africanos. De qualquer modo, o fato de as nações serem atribuições inseridas no sistema de classificação de escravos na sociedade colonial, sistema esse que esteve presente ao longo do século XIX, demonstra sua funcionalidade. Com efeito, os próprios escravos, possivelmente, passaram a reorganizar suas identidades no confronto com essa nova situação.

Proprietários de Escravos

Na maior parte das vezes foram os homens que concederam à alforria, mas as mulheres assumiam juntamente com os homens a propriedade de escravos.

Quadro 6 -Senhores e senhoras proprietários de escravos na cidade de Alegrete (1832 a 1847)

Sexo	Quantidade	Frequência
Masculino	42	60,86%
Feminino	27	39,13%
Total	69	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

Os homens alforriaram 60,86% dos escravos. Já as mulheres concederam 39,13% das cartas de alforria. Isso mostra que foi significativo o número de proprietárias, incluindo viúvas, solteiras e sem identificação, concedendo alforrias, independente das modalidades, com condição ou sem condições.

Tipos de Alforria

Para uma melhor análise dos tipos de alforria, foram feitas as seguintes tipologias: alforrias pagas, em que o próprio escravo comprava sua alforria, ou pagamento por terceiro, onde outra pessoa comprava a alforria do escravo; alforrias incondicionais, em que a alforria era concedida sem ônus ou condição; e alforrias condicionais, na qual o alforriado ficava obrigado a prestar algum tipo de serviço ao senhor.

O quadro que segue apresenta as informações sobre os tipos de alforria.

Quadro 7 - Tipos de alforria na cidade de Alegrete (1832 a 1847)

Tipos de alforrias	Quantidade	Frequência
Alforrias Pagas	15	21,73%
Alforrias Incondicionais	23	33,33%
Alforrias Condicionais	31	44,92%
Total	69	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro mostra que 21,73% das alforrias foram pagas, sendo 33,33% incondicionais e a grande maioria com 44,92% foram condicionais, ou seja, o escravo alforriado continuava a prestar serviço ao senhor de algum modo. Os quadros a seguir, mostrarão melhor cada tipo de alforria.

Quadro 8 - Alforrias Pagas na cidade de Alegrete

Sexo	Quantidade	Frequência
Masculino	03	20,00%
Feminino	12	80,00%
Total	15	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro mostra que das 15 alforrias pagas, 20,00% dos escravos homens pagaram pela sua liberdade. As que mais pagaram foi às mulheres com 80,00%, nesse tipo de alforria, o escravo não devia mais serviços ao senhor depois de feito o pagamento. Isso pode ser percebido na seguinte carta de alforria:

Inácia; parda; 6; Sr. Joaquim dos Santos Prado Lima; dt. Conc. 09-11-37; dt. Reg. 04-07-39 (Livro 1, p. 73v). Desc: A carta foi concedida mediante pagamento de 300\$ pelas mãos da madrinha da escrava, Cipriana (parda), podendo de agora em diante gozar de todas as garantias que as leis do país permite aos libertos.

Essa carta mostra que a escrava ficou livre, isso após o pagamento ao proprietário. Além disso, nessa alforria, a indenização foi paga por terceiro, pela madrinha da cativa. Assim verifica-se que foi extremamente importante o papel da mulher escrava na luta pela libertação de seus parentes. Na seguinte alforria, essa questão fica melhor esclarecida:

Abel; Cândida Bezerra (sua mãe); pardo; idade: menor; Sr. José Luiz da Costa; dt. Conc. 28-02-47; dt. Reg. 30-03-47 (Livro 1, p. 166r). Desc: A carta foi concedida mediante pagamento de 560\$ pela mãe do escravo.

Nesse exemplo, a mãe do escravo paga pela liberdade de seu filho, evidenciando um sentimento familiar que levava as escravas muitas vezes a continuar no cativeiro para libertar seus filhos ou usar dos artifícios ao seu alcance com o fim de adquirir sua própria liberdade. Seguindo a trajetória dos documentos de concessão de alforrias no Paraná no século XIX e da

importância da mulher escrava na sociedade colonial, Campos Graf diz o seguinte: “Apesar da fragilidade feminina, na verdade ela dispunha de alternativas mais variadas e sutis para, uma vez liberta, conseguir os meios de alforriar os seus familiares, garantindo para eles uma descendência e um futuro em liberdade” (CAMPOS GRAF, 2000, p. 98).

Quadro 9 - Alforrias Incondicionais na cidade de Alegrete

Sexo	Quantidade	Frequência
Masculino	08	34,78%
Feminino	15	65,21%
Total	23	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro acima mostra que das 23 alforrias incondicionais, 34,78% dos homens receberam esse tipo de alforria, sendo que as mulheres obtiveram a maioria com 65,21% das cartas. Nesse tipo de alforria, o escravo também era libertado, sem obrigação de continuar a trabalhar para seus senhores. A seguir, um exemplo de carta de alforria incondicional:

Maria; crioula do Rio de Janeiro; Sr. Bernardo José da Silva; dt. Conc. 16-10-39; dt. Reg. 27-09-42; da Costa de Jaguari (Livro 1, p. 113v). Desc: A carta foi concedida em retribuição aos bons serviços prestados “com toda a fidelidade”, criando as filhas do senhor com todo cuidado.

Nessa carta de alforria gratuita, sem qualquer ônus ou condição, é expressa a generosidade do senhor que vinha de encontro à fidelidade e aos bons serviços prestados pelo cativo, justificando dessa forma, o merecimento da liberdade concedida. O intuito desses procedimentos poderia ser a manutenção dos laços morais entre senhores e escravos, que a alforria não devia romper dando continuidade a uma relação de mútua dependência e proteção. Citando as palavras de Campos Graf:

Daí ser tão comum o ex-escravo tornar-se agregado do domicílio do ex-senhor, sobretudo, quando, tratando-se de uma família, apenas um ou alguns de seus membros obtinha a alforria, enquanto os outros permaneciam no cativeiro (CAMPOS GRAF, 2000, p. 99).

Dessa forma, os cativos livres permaneciam no convívio com seus ex-proprietários, criando uma espécie de clientela constituída por libertos dependentes.

Quadro 10 - Alforrias Condicionais na cidade de Alegrete

Sexo	Quantidade	Frequência
Masculino	15	48,38%
Feminino	16	51,61%
Total	31	100%

Fonte: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

O quadro mostra que das 31 alforrias condicionais, 48,38% foram destinadas aos homens, já as mulheres receberam 51,61% das cartas de alforrias. Como já observado, a grande maioria das cartas de liberdade em Alegrete foram as condicionais com 44,92%, assim nesse tipo de alforria o escravo continuava com algum vínculo com seu ex-senhor, inaugurando um novo modo de relacionamento entre senhor e escravo. O exemplo mostra uma alforria condicional:

Inácia; parda; Sr. Bento Manoel Ribeiro (General e sua mulher, Maria Mância); dt. Reg. 09-05-40 (Livro 1, p. 119r). Desc: A carta foi concedida com a condição de a escrava servir por 7 anos, que será obrigada ainda a servir a eles outorgantes, ou a seus hedeiros, em caso de falecerem os outorgantes, ficando desde já libertos e livres todos os filhos que desta data em diante tiver.

A carta de alforria mostra que a escrava depois de alforriada tinha que seguir a condição imposta, que nesse caso era a prestação de serviços por mais 7 anos. No entanto, em muitos casos, os escravos permaneciam até a morte de quem deu alforria.

Firmino; crioulo; 3; Sra. Ana Maria Martins; dt. conc. 28-07-46; dt. reg. 28-07-46 (Livro 1, p. 146r). Desc.: A carta foi concedida com a condição do escravo acompanhar e servir até a morte da senhora.

Isso indica que a maioria dos senhores e senhoras, não outorgavam as cartas efetivamente enquanto vida tivessem, como pode ser visto nesta referência: “com a condição do escravo acompanhar e servir até a morte da senhora”. Nessa alforria se observa que o escravo é uma criança, que deveria permanecer por um longo período na companhia de sua proprietária. Para Erivaldo Neves “condicionar a libertação de uma jovem à permanência no cativeiro enquanto viver sugere escravidão doméstica e convívio senhor - escravo” (NEVES, 2000, p. 105).

As cartas concedidas pelos senhores trazem de um modo geral, várias menções, como estas: “pelo muito amor que lhe tenho”, “pelos bons serviços prestados”, “pelo amor e confiança”, “por gratidão e amor”. A seguinte alforria mostra bem essa situação:

Antônio; crioulo; Sr. Joaquim Rodrigues Jacques; dt. conc. 26-07-44; dt. reg. 25-04-45 (Livro 1, p. 120v). Desc.: A carta foi concedida em razão do escravo ter “servido em toda sua infância na minha companhia. Declaro que desta data em diante fica liberto com a condição unicamente de não poder sair de minha companhia durante sua existência e para cujo fim será igualmente durante a minha, esta condição se limita simplesmente ao princípio de estimação e grau de atenção que merece este crioulo a bem de seu tratamento na velhice. Devendo de minha parte congratular-me por seus serviços e alguns que me faça com um salário mensal equivalente ao seu vestuário”. O senhor declara não haver Tabelião Público próximo a sua residência.

Nessa carta de alforria, a declaração de grande estima e atenção que merece o escravo, foi o jeito encontrado pelo senhor para justificar a tutela sobre o cativo. Entretanto, o escravo continuava ligado ao seu proprietário, prestando serviços. Isso mostra que mesmo as cartas mostrando certo paternalismo, enaltecendo a amizade e o amor que os proprietários possuíam com seus escravos, essas alforrias não eram, em sua maioria, um ato fraterno.

Dessa forma, o escravo não era liberto, mas sim um libertando, o que garantia sua fidelidade ao senhor que tinha domínio sobre ele e o restante de seus escravos. Nas palavras de Pires “a concessão gratuita de uma alforria sob condição constituía-se muito mais numa estratégia de controle do que numa demonstração de generosidade por parte dos senhores” (PIRES, 2006, p. 146). Assim, muitos escravos se comportavam, na esperança de também conseguir uma carta de alforria. Segundo Bertin:

Essa prática se tornou tão comum que acabou se tornando um direito, baseado no costume de premiar os bons com a liberdade, e reivindicado pelos escravos, os quais, além de se comportarem de acordo com as expectativas dos senhores, acabavam desenvolvendo laços sentimentais, incluindo o compadrio, com seus proprietários ou com brancos livres e libertos, o que facilitava a obtenção da liberdade, principalmente no caso dos escravos que eram casados, professavam a fé católica e tinham filhos (BERTIN apud MELO, 2001, p 02).

As alforrias condicionais acabavam sendo compensadas com árduo trabalho. Mas, mesmo sob condições, a alforria foi o resultado de uma negociação cotidiana com o senhor.

As cartas condicionais também evidenciam outras formas de estabelecer o controle sobre escravas e escravos. Aparecem, com muita regularidade, condições que agravavam ainda mais a crueldade de sua concessão. A seguinte carta mostra bem essa situação:

Boaventura; pardo; 7; Sr. José dos Santos de Abreu (Tenente); dt. conc. 15-11-47; dt. reg. 15-11-47 (Livro 1, p. 175v). Desc.: A carta foi concedida com a condição de o escravo servir até a morte do senhor, permanecendo sujeito a sua autoridade e a pena de ingratidão; posto que [...] gozará de todos os direitos, garantias, e prerrogativas concedidas pelas leis aos libertos.

As condições acima merecem destaque: “servir até a morte do senhor” e “permanecendo sujeito a sua autoridade e a pena de ingratidão”. Isso mostra que o escravo deveria permanecer obediente ao senhor, sendo que qualquer deslize do escravo poderia anular o acordo feito. Pois mesmo após forros, os escravos ainda se mantiam ligados a seus proprietários, que poderiam a qualquer momento revogar a alforria concedida, alegando ingratidão. Assim verifica-se que a concessão da alforria, mais do que um sinal de benevolência senhorial, apresentava-se como artifício utilizado para a continuação do domínio escravista. Essa situação foi assinalada, em outros trabalhos. Nas palavras de Matosso:

Será realmente gratuita, como gostam de escrever certos senhores, essa liberdade concedida sob a condição de o forro permanecer escravo enquanto vivos forem o senhor, ou seu filho, sua irmã ou qualquer dos outros membros da família? Na verdade, ela é paga muito caro, é sempre revogável e torna o escravo libertável ainda mais dependente, pois ele sabe que a menor desavença, um instante de mau humor, pode pôr abaixo o edifício duramente construído de sua futura libertação (MATTOSO, 1990, p. 184).

Com esta pesquisa, foi possível observar que grande parte das cartas de alforria concedidas em Alegrete, no período de 1832 a 1847, raramente “libertavam” os escravos imediatamente, pois estes permaneciam sob o controle dos senhores por um longo período. Estes vínculos mantinham o escravo alforriado ligado ao seu ex-senhor de algum modo. O relacionamento entre “ex-proprietário” e “liberto” pode ser visto como a continuidade da política escravista.

Considerações Finais

Das 69 cartas de alforria concedidas, 37,68% foram destinadas a homens, e 62,32% para mulheres. Isso mostra que as mulheres constituíam a maior parte dos libertos em Alegrete. Assim confirma pesquisas já realizada com cartas de alforria em outras localidades do país, que afirmam que as mulheres teriam maior facilidade para conquistar sua liberdade.

A idade dos escravos alforriados aparece raramente, 72,45% não apresentavam as idades dos libertos. Entretanto, das poucas cartas que constavam as idades, 10,13% foram na idade produtiva, entre 12 e 35 anos, sendo 7,24% destinadas às mulheres e 2,89% para homens. A idade de 7,23% dos escravos não estava definida nas cartas.

Quanto às profissões dos escravos libertos em Alegrete, aparecem nas alforrias apenas duas ocupações, que eram crias de casa. No entanto, algumas considerações foram feitas, analisando o conteúdo das cartas de liberdade. Foi comprovado que durante o período de 1832 a 1847, a maioria da população de Alegrete se encontrava na campanha, as cartas de alforria informaram uma grande quantidade de estabelecimentos rurais. Foram informadas 43,47% dos locais onde trabalhavam os escravos. A grande maioria dessas áreas eram propriedades rurais e distritos que pertenciam a Alegrete. Isso pode revelar que um considerável número de escravos, nessa época, estava envolvido em atividades rurais.

As cartas de alforria indicam a cor e a naturalidade dos escravos em Alegrete. No que se refere à cor, 27,52% dos alforriados eram pardos, sendo 4,34% homens e 23,18% mulheres. Os mulatos representam 10,13%, desses 4,34% homens e 5,79% mulheres. Esses são indicados nas cartas com uma melhor clareza. Já quanto aos locais de origem dos escravos, 18,83% dos libertos são informados como crioulos, 5,79% homens e 13,04% mulheres. Os africanos aparecem com 26,08%, das quais 14,49% são homens e 11,59% mulheres. Foram encontrados africanos de diversas procedências como: Cassange, Congo, Monjolo, Rebolo, africano, Mina, Benguela, da Costa e Nação.

Na maioria das vezes foram os homens que concederam à alforria, alforriaram 60,86% dos escravos. As mulheres concederam 39,13% das cartas de alforria.

Quanto aos tipos de alforrias, 21,73% das alforrias foram pagas, sendo 33,33% gratuitas e a grande maioria com 44,92% foram condicionais.

Das 15 alforrias plenas pagas, 20,00% dos homens pagaram pela sua liberdade. As mulheres foram as que mais pagaram alforrias, com 80,00%, nesse tipo de alforria, o escravo não devia mais obrigações ao senhor depois de feito o pagamento.

Foram 23 alforrias plenas gratuitas, 34,78% destinadas aos homens, sendo que as mulheres obtiveram a maioria com 65,21% das cartas. Nesse tipo de alforria, o escravo também era libertado, não devendo mais serviços ao senhor.

A maioria das cartas de liberdade em Alegrete foram condicionais. Foram concedidas 31 alforrias condicionais, 48,38% destinadas aos homens, já as mulheres receberam 51,61% das cartas de alforrias. Nesse tipo de alforria, o escravo continuava com algum vínculo com seu ex-senhor, prestando serviços. Essa prestação de serviços, poderia permanecer até um determinado período, que geralmente era de 7 anos, ou permaneciam até a morte de quem deu a alforria. O escravo continuava ligado ao seu ex-proprietário de algum modo. Essa continuidade do relacionamento entre senhores e escravos, mesmo após a concessão da alforria, devem ser utilizadas para pensarmos que espécie de liberdade foi gerada nas alforrias.

Referências Bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. *Crioulos e Africanos Libertos em Porto Alegre: Padrões de Alforria e Atividades Econômicas (1800-1835)*. Florianópolis, 2007. Disponível em: www.labhstc.ufsc.br - Acesso em: 27 de junho de 2007.

BAKOS, Margaret M. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CAMPOS GRAF, Márcia Elisa de. *Nos Bastidores da Escravidão: Convivência e Conflito no Brasil Colonial*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As Pretas Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)*. Niterói: UFF, 2004.

FILHO, Luiz Araújo. *O Município de Alegrete*. Alegrete: Gráfica e Editora Pallotti, 2007.

GATTIBONI, Rita. *Cartas de Alforria em Rio Grande (1874-9/1884-5)*. *Estudos Ibero-Americanos*, Volume XVI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834*; Tradução e Notas de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo Africano no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, J.H. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravidismo Gaúcho*. Caxias do Sul: UCS, 1984.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, André Chaves de. *Cartas de Alforria: Instrumentos de Dominação e Liberdade*. São Paulo, 2001. Disponível em: www.usp.br/agen/rede777.htm - Acesso em: 03 de janeiro de 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros Traficantes: Comércio de Escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista*. Salvador: Afro-Ásia, 2000.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Cartas de Alforria: “Para não Ter o Desgosto de Ficar em Cativo”*. *Revista Brasileira de História*. Volume 26, nº52. São Paulo: ANPUH, 2006.

SOARES, Maria de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade Étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TRINDADE, Miguel Jacques. *Alegrete do Século XVII ao Século XX*. Volume I. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.

_____. *Alegrete do Século XVII ao Século XX*. Volume II. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1991.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

Fontes Primárias

Cartas de Alforria, Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1 Tabelionato de Alegrete: 1832-1847.

Livro de Registro de Batismos de Escravos em Alegrete- 29º Batismo de 30-12-1820, L.01; F 03. v.

Livro de Registro de Óbitos de Escravos em Alegrete- 829º óbito- 18 de dezembro de 1848, Livro 01, Folha 94 v.

Posturas da Câmara Municipal de Alegrete, com data de 09 de junho de 1848, aprovada pela Assembleia na Lei 192 de 22 de novembro de 1850.